

A IMPORTÂNCIA DE CONHECER NOSSOS DIREITOS E DEVERES NA ADOLESCÊNCIA.

ABDUL, Haggi Micheletti¹

BOVO, Lucas Eduardo Candeo²

FRANKLIN, Alice Batista Prado³

LOURENÇO, Victor⁴

SILVA, Tatiane⁵

Orientadora Profa Dra Patricia de Mello⁶

Orientador Prof Dr Wagner Tadeu⁷

RESUMO: O presente projeto extencionista, das ações de curricularização, cuja disciplina do 1º ano de Direito da Universidade Estadual do Paraná, *Campus Apucarana*, busca apresentar o tema a Importância de Nossos Direitos e Deveres na Adolescência, com adolescentes da faixa etária de 12 a 17 anos, tendo objetivo conscientizar os adolescentes a ideia de que o Direito faz parte da vida de todos e que todos tem direitos e deveres bem como a importância de conhecê-los. Foi realizada uma palestra em parceria com a ONG COMANDER de Apucarana/Pr, em data de 21/10/2023 onde foi explanado o tema, no qual além da utilização de material humano também foi utilizado didático, que consiste em uma roleta com perguntas relativas ao tema da palestra em questão. Foram repassados aos jovens adolescentes a importância dos direitos e deveres. A atividade transcorreu de maneira proveitosa e didática com participação dos jovens onde puderam interagir com a equipe e sanar algumas dúvidas, o ambiente descontraído deixou todos a vontade para discutir o tema. Foi utilizado como fonte de pesquisa o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e a Constituição Federal do Brasil.

PALAVRAS- CHAVE: Direitos e Deveres, curricularização, projeto extencionista.

¹ Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: haggi.ma@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: lucasbovo0110@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: alicepbfranklin@gmail.com

⁴ Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: victorlourengo0802@gmail.com

⁵ Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: tatiane24021983@gmail.com

⁶ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2015), possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1991) e mestrado em Ciência Jurídica pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (2003), atual Universidade Estadual do Norte do Paraná. A experiência acadêmica e profissional de 30 anos é comprovada pela atuação em sala de aula, como Coordenadora do Curso de Direito da FACEAR, como assessora jurídica e professora da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, desde 1999. Atuou na área cível, com escritório próprio em Curitiba, por 20 anos. É especialista em Metodologia Científica e em Educação Especial e Direito Matrimonial e Processual Canônicos, tem experiência no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. Em seus estudos independentes procura dialogar sobre Direito e Educação, no contexto atual. Pesquisadora na área do Direito, Educação e Paulo Freire. É Professora Adjunta do Ensino Superior no Paraná, atualmente Coordenadora do Curso de Direito do Campus de Apucarana.

⁷ Possui Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1987), Graduação em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco, UCB/RJ, Rio De Janeiro, Brasil (2010) e Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Atualmente é Professor Adjunto da UNESPAR/FECEA, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, direitos fundamentais e políticas públicas. Desenvolve Projeto de Pesquisa sobre Inclusão de Estudantes Especiais no Ensino Superior. Participa do Grupo de Pesquisa que trata sobre diferença, desvio e estigma.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Leis/18069.htm>. Acesso em 18 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº8069/1990. /Estatuto da Criança e do Adolescente.1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/constituicao/cosntituicao.htm>. Acesso em 18 nov. 2023.